

**Gabinete Português de Leitura de Pernambuco:
Re-construindo identidades e simbologias do ser imigrante português**

Wilza Betania dos Santos*

RESUMO

Ao se estudar o decurso da inclusão do imigrante português na vida social brasileira percebe-se que esta se fez em meio às tensões sociais, principalmente porque os lusos, na disputa pela escassa oferta de trabalho, acabavam sendo beneficiados por desfrutarem da preferência dos portugueses, donos do comércio. No século XIX eclodiu uma série de motins de ruas, nos quais as principais vítimas foram os portugueses que trabalhavam no comércio. É nessa conjuntura que o Gabinete Português de Leitura pode ser visto como formalizador dos laços de pertencimento e solidariedade entre os portugueses em Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: LUSOS, IDENTIDADE, FRONTEIRAS.

ABSTRACT

In the 19th century a serie of riots of streets came out in wich the main victims were the portuguese who worked in the the commerce. In the journey of our analysis we perceived that for the portuguese resident in Pernambuco, it was not sufficient the protection and the patriarchal politics lived in the after-independence period, it is necessary to demarcate borders. It is this conjecture that the Portuguese Cabinet of Reading can be seen as a place in wich the portuguese people can feel as they are in their own home country and ties of solidarity between them can be lived here in Pernambuco.

KEYWORDS: PORTUGUESE, IDENTITY, BORDERS.

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco – (wilzabetania_santos@hotmail.com).
Agradeço ao Professor Marc Jay Hoffnagel pelas valiosas dicas na construção deste artigo.

Desde o século XVI milhões de portugueses vieram para o Brasil para o conquistarem, expandirem e povoarem. Os lusos deixavam sua terra natal fugindo das dificuldades e privações decorrentes da conjuntura socioeconômica e da situação política de Portugal em alguns momentos de sua história.

Entre 1820 e 1930 a América era concebida como a terra do sonho e das oportunidades para milhões de europeus. A América do Sul preservava a fama de ser “o *‘continente mais rico do globo’*, onde correm todos os Pactolos – o Eldorado, terras que têm em si acumuladas, todas as riquezas, esperando apenas, que homens dignos, laboriosos e sábios venham ocupá-las para fazer valer tudo isto” (BOMFIM, 1993, p.38). O Brasil, a terra da promessa, era visto como uma espécie de *Eldorado* onde rapidamente se fazia fortuna, permitindo dessa forma, um digno e vitorioso retorno a sua terra natal.

O português que migrou para o Brasil no século XIX era em sua maior parte jovem do sexo masculino, alfabetizado e vinha mantido por sua família, a qual deveria possuir o mínimo de recurso para assumir as despesas da viagem e sua estadia no Brasil (RODRIGUES, 1995, pp. 101-129). Estes partiam em sua maioria para o Rio de Janeiro e em menor escala para outras cidades como Recife e Salvador. Esse perfil do imigrante luso passou por alterações em fins do século XIX e inícios do século XX, quando se iniciou a imigração subsidiada pelo estado. Vindo então um fluxo de indivíduos que viajavam sós e provinham das camadas sociais mais humildes com um grau de instrução menor. Estes buscavam abrigo às portas das instituições beneficente e assistencial (SCOTT, 2001, pp. 24-26).

Os portugueses ao emigrarem para o Brasil viram na qualificação uma forma de proteção, pois quanto maior o grau de instrução e de conhecimento em ofícios, maiores as oportunidades na sociedade de acolhimento. Os que aqui chegavam passavam a integrar-se, principalmente, nas atividades comerciais. Servindo-se não apenas da sua qualificação, mas também dos laços familiares, de solidariedade e de origem. Todavia é importante registrar que a vinda destes para o Brasil no século XIX gerou uma discussão em torno das condições de transporte e acomodações a que se submetiam alguns imigrantes. Eram tão precárias essas condições que a imprensa local e a colônia lusa irá se manifestar contra o então denominado “tráfico da escravatura branca”. Em 12 de maio de 1855 um documento direcionado ao ministro do Reino denunciava a escravatura branca. Nele delatavam-se os envolvidos nessa prática, inclusive alguns portugueses dentre os quais o então cônsul Joaquim Baptista Moreira e o chanceler e vice-cônsul Miguel José Alves¹. O documento citava o caso do Patacho

¹ APEJE, Ao publico [Queixa dos portugueses de Pernambuco contra os traficantes de escravatura branca]. S. 1, s. ed., 1855.

Arrogante, embarcação que foi a recordista no transporte ilegal de imigrantes, pois tendo permissão legal para transportar oitenta pessoas trouxe quatrocentas.

Ao desembarcar no Brasil o português se deparou, particularmente nos tempos pós-independência, com uma lusofobia acentuada refletida nos vários tipos de hostilidade (políticas, econômicas, sentimentos de rua contra a carestia...). Esses tipos de conflitos, denominados nativistas (MELLO,1997), aumentaram no período regencial e alastraram-se durante muito tempo, tendo sido fomentado pelos jornais da época.

O discurso nativista era evidenciado sempre que os interesses dos nacionais eram ameaçados pelos estrangeiros. Nesses movimentos pós-independência há forte incidência do discurso contra o português e, apesar da presença de outras nacionalidades, como a inglesa, na economia de Pernambuco, foram os portugueses as principais vítimas desses discursos no período. Sendo assim, os imigrantes portugueses que aqui chegaram tiveram suas maiores oposições no sentimento nativista (CARVALHO, 2003).

Construindo laços de solidariedades

Analisando os comportamentos dos imigrantes portugueses Alves (1999) expõe que se por um lado os lusos eram acusados de monopolizarem o comércio, por outro esse clima de acusação reforçará o fechamento social do grupo, de forma que estes atraem para seus comércios seus compatriotas, num processo de reprodução e sobrevivência da comunidade. Esse processo pode ser analisado na perspectiva da criação e/ou manutenção dos laços de solidariedade entre os portugueses a fim de suavizar os choques com os nacionais. Essa solidariedade traz em si a consciência de formação de grupo e, é dentro dessa consciência estimulada pelo contexto lusófono, que se criou o Gabinete Português de Leitura de Pernambuco (GPL-PE).

Em 2 de novembro de 1850 foi criado o GPL-PE pelo médico português João Vicente Martins.² O objetivo da instituição coadunavam-se ao contexto vigente, em que ainda se propagava na imprensa nacionalista pernambucana o antilusitanismo. Havia uma continuidade discursiva no que tange ao confronto entre ser português e ser brasileiro.

² João Vicente Martins, nasceu em 1810 em Lisboa, vindo a falecer no Rio de Janeiro em 1854. Para a comunidade portuguesa o fundador do Gabinete era um ícone, tal imagem foi reforçada quando em 1850, no Rio de Janeiro, em meio a um surto de febre amarela organizou o Hospital de Mata-Cavalos para servir a comunidade portuguesa daquela cidade. Devido a isso passa a ser chamado de “anjo salvador de uma cidade condenada”. AREIAS & NOGUEIRA, 2000, pp. 18-19.

Em 1851, por exemplo, foi organizada uma *Colecção de Poesias Patrióticas Liberais Brasileiras*³, as quais foram recopiladas dos jornais do ano de 1826 até 1851. Nestas, o Brasil ora aparece como pátria, ora como nação e toda exaltação da pátria/nação brasileira contrapõem-se a Portugal representado aqui nos portugueses, os quais são estigmatizados com termos pejorativos tais como, “tyranos”, ladrões, “tosta cruel”, “tigre insano”, monstro estrangeiro. Jeffrey Lesser (2001) em importante trabalho sobre a negociação da identidade nacional, chama atenção para o fato de que o preconceito e os estereótipos que derivaram das tensões sociais foram umas das maneiras pelas quais a identidade do imigrante foi contestada, “à medida que na negociação, as posições iam sendo expostas e, em seguida revistas, de acordo com a reação dos diferentes públicos” (p.23).

Seguindo essa lógica discursiva *O Século* divulga um artigo, extraído do *Echo Pernambucano*, referente a instalação do GPL-PE em 30/01/1851:

O Gabinete Litterario Portuguez

Quando por aqui se espalhou a noticia de que o Sr. João Vicente Martins tinha criado nesta província um gabinete litterario portuguez, pouco apreço demos a isso, entendendo que sendo pouco os portuguezes que sabem ler e escrever correctamente a sua língua, e que teem alguns conhecimentos, essa instituição tinha por fim fazê los aprender alguma cousa e applicarem se a leitura: realmente não atinamos com o fim, a que parece hoje dirigir –se essa associação; mas agora em vista de certos fatos, e melhor refletindo sobre o caso, cremos que esse gabinete traz machiavelismo, e compreende mais política, do que instrucção.

Quem é o Sr. João Vicente Martins para promover a criação de um gabinete litterario em Pernambuco, e onde sómente entrem portuguezes? É um senhor que tem alguma habilidade, que passa por cirurgião homeopatha, que é muito vivo; mas que não ta num caso de um litterato, que só almeja o saber, a instrucção, e que sacrifica seus dias e sua fortuna neste empenho. Mas supponha-se que Sr. João Vicente Martins é uma grande capacidade, o que é só por hypothese adimittimos, e que ama a sciencia, e por isso a applicação aos estudos, e gosta de vê-la progredir, ainda assim achamos um pouco extraordinário que andando por tanta parte do Brasil, só se lembrase da criação de um gabinete litterario em Pernambuco, e na quadra atual, onde é mister muito tino e circumspecção em nossas acções para não nos fazermos supeitos de pertencer á esta ou aquella política, e de promovermos a queda ou sustentação e engrandecimento deste ou daquele partido. E porque este gabinete havia ser só de portuguezes? Conhecemos nessa cidade e mesmo pela província alguns portuguezes muito poucos, que são homens de letras; mas a mór parte são ignorantissimos e nenhum interesse de instrucção os poderia levar á criação desse gabinete....., porquanto só cuidam do commercio, que sabem, que se instituiu o gabinete litterario? Não, o fim é meramente político, ao menos assim parece a muita gente, e como era precisa em Pernambuco uma sociedade de portuguezes, que executasse os planos da rua da Quitanda do Rio, e as ordens do Sr. Clemente Pereira, eis o gabinete litterario criado aqui no Recife, a sociedade por consequência instalada, e tudo a caminho.

Não se persuada o Sr. João Vicente Martins, que nós o maltratamos por isso, nem que redigimos este artigo para satisfazer os seus inimigos d’arte, os cirurgiões e médicos allopathas (como agora são chamados,) que escarnecem da homeopathia, não: a redacção do Echo não esta disposta a servir ás paixões de ninguém, e apreciando a medicina homeopathica pelos seus effeitos, que tem observado, não podia trazer á terreiro esta questão do gabinete litterario portuguez para assim

³ BPECB, Setor de Obras Raras. VIANNA, Luiz Pereira. *Colecção de Poesias Patrióticas Liberais Brasileiras Recopiladas dos Jornaes desde o anno de 1826 até 1851*, nº 3, 1851 / nº 4 e nº 6, 1852.

ridicularisar a homeopathia. Não somos médicos, não temos portanto a necessária instrução para darmos um voto científico sobre as duas medicinas, que se guerreão; mas somos inclinado a crer que a homeopathia é medicina, que cura, e que sua descoberta foi um beneficio para a humanidade.

Não tendo pois nada o gabinete litterario com a homeopathia, esta claro que não é senão o amor de nosso paiz que nos faz apresentar estas considerações sobre a criação do tal gabinete, e para a qual há tanto empenho.

Andão emissários pelo matto procurando portuguezes para o gabinete: o que é isto Sr. João Vicente? Que zelo, que desejo ardente de metter os pobres marinheiros, que vivem lá pelos engenhos e fazendas de algodão, no gabinete litterario? Sr. João Vicente, este seu gabinete litterario traz água no bico.....!

Se é pois verdade, como parece, que o sr. João Vicente Martins largando por momentos a medicina veio criar em Pernambuco uma associação portuguesa consinta que lhe digamos e aos que cahirão na corriola, que nada mais impolitico, extemporâneo.

Estamos todos em uma situação anormal, a sociedade brasileira, e principalmente a pernambucana acha-se deslocada, e em estado de fermentação pelos ódios dos partidos, pelas perseguições e barbáries, que se ha feito aos opposicionistas, que mal podem fallar e escrever, mas sem direito de vida e propriedade, sem garantia alguma, etc.: ora, este estado não póde durar, hade acabar por força, porque a violência é um estado extranatural: para que pois os portugueses se querem expôr e arriscar, concorrendo agora deste ou daquele modo para continuação desta compressão, que esmaga os brasileiros? Para que se metter em política no Brasil, uma terra que não é delles, que não os gosta, e onde eles podião viver bem, tratando só de seus interesses? Há em Portugal algum brasileiro, que se intrometta na política da rainha, ou do povo? Fizemos lá algum gabinete litterario? Influímos lá de modo algum para os Cabraes venção ou não venção as eleições? Não, porque rasão pois os Srs. Portugueses lá no Brasil de metter-se a políticos, e bolirem com o que não lhes pertence?

Recuem emquanto é tempo; não fiem em ninguém, nem mesmo nos guabirus, porque quando se vivem perdidos, que lhe há de pagar o pato hão de ser os portuguezes. Senhores, vivei comnosco, sem trahir-nos, sede sinceros, não leveis a população do Brasil a praticar um excesso. O conselho é prudente.

Do Echo Pernambucano⁴(grifos nossos)

O teor do artigo é representativo da percepção dos nacionais em relação a formação das fronteiras estabelecidas pelos portugueses na criação do GPL-PE. A concepção dessas fronteiras trazia em seu bojo as convulsões da sociedade pernambucana. Vivenciava-se um período de conflitualidade discursiva onde o português era uma figura negativa. Entretanto as semelhanças com a comunidade de acolhimento se faziam notar: falava-se a mesma língua, seguia-se a mesma religião. Ocorria um fluxo cultural entre a comunidade de acolhimento e a que se estabelecia. Mas, a identidade do grupo se manteve sendo esta observada no estabelecimento das fronteiras. Para a compreensão do estabelecimento das fronteiras a análise de Fredrik Barth é adequada, pois ela diferencia a cultura da identidade afirmando que a “fronteira” é a responsável pela separação de dois grupos étnico-culturais. Essa é estabelecida pela vontade de um grupo diferenciar-se através do uso de certos traços característicos como marcadores de sua identidade específica (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998). Tal perspectiva amolda-se a nossa análise, pois percebemos no contexto

⁴ APEJE, *O Século*, 30 de janeiro de 1851.

pesquisado que os lusos buscaram diferenciar-se dos pernambucanos usando alguns aspectos que delimitaram essa fronteira entre o ser português e o ser pernambucano. A etnicidade construída pelos lusos era situacional, ou seja, se adequava ao contexto vigente. Vejamos a seguir trecho do discurso pronunciado pelo fundador da Instituição, o médico português João Vicente Martins:

“(...) Honra aos portugueses em Pernambuco pela unidade de pensamento e de vontade que os liga, sempre que lhes oferece ocasião de mostrar-se dignos da nação briososa a que pertencem, e esta generosa nação irmã sua, que lhes dá franca hospitalidade em troca de hospitalidade, também tão franca e tão generosa, que em Portugal recebem os filhos do Brasil. Possa a instituição do Gabinete Português de Leitura em Pernambuco ser uma demonstração bem clara dos sentimentos de fraternal amizade que unem os portugueses com os brasileiros, que de seus bens adquiridos á custa de tantas fadigas façam ricos patrimônios a seus filhos que aqui tenham, brasileiros, e nesta hospitaleira, que lhe de seus filhos e de suas esposas e de seus irmãos, estabeleçam e mantenham à custa de seus cabedais, muitas instituições como este Gabinete, pacíficas, morigeradoras e outras caridades
(...)

Eu me congratulo com meus portugueses residentes em Pernambuco por haverem de tão boa vontade e com tanto acerto fundado o Gabinete Português de Leitura. Eu me congratulo igualmente com os Srs. Pernambucanos porque recebem desta associação de portugueses, tão nobre em seus fins, mais uma certeza que não desperdiçavam a sua hospitalidade com estrangeiros ingratos, que só queiram desfrutar o país sem plantar nele árvore nenhuma que dê bons frutos.”

A oratória utilizada por João Vicente Martins ao mesmo tempo em que evidencia o desejo do grupo em ser “diferente”, de expressar a identidade coletiva, demonstra uma preocupação com as orientações de suas ações. Buscou-se a negociação da identidade através da afirmativa de serem os portugueses e os brasileiros irmãos, retomou-se as narrativas do passado para endossar a continuidade do grupo. É perceptível no discurso que o uso das semelhanças ecoam também em diferenças. Em resposta às acusações buscou-se a negociação. Evitou-se o conflito e o embate. E, conforme João Vicente Martins, sendo os portugueses bons irmãos seu maior objetivo era exaltar o Brasil, a nação generosa que tão bem vos tinha recebido. Eram todos, os portugueses e pernambucanos, filhos da “nação briososa”, ou seja, de Portugal.

As diferenças foram de certa forma, negadas. Entretanto isso não significou a descaracterização do grupo, pelo contrário implicou nas estratégias da negociação identitária. Os portugueses compreenderam que seu lugar em Pernambuco passava por investimentos simbólicos pelos quais eles se afirmariam e negociariam com os brasileiros formas de inserções na sociedade vigente. Pelo que vimos esta foi uma das principais estratégias na negociação identitária utilizada por esta comunidade neste período. Sendo assim, a criação do Gabinete Português de Leitura ao mesmo tempo em que se apresentou para os lusos como

resposta aos discursos antilusitanos, funcionou como lugar no qual o sentimento de pertença à comunidade de origem podia ser vivenciado coletivamente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jorge Fernandes. **Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista**. Porto: 1994.

AREIAS, Laura & NOGUEIRA, Lucila. **Monografia do Gabinete Português de Leitura**. Recife, 2000.

BOMFIM, Manoel (1868-1932). **A América Latina: Males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849**. *Revista Brasileira de História*, jul. 2003, vol. 23, nº 45, pp. 209-238.

FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora S.A., 1977, vol.1.

LESSER, Jeffrey. **A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil**. São Paulo, UNESP, 2001.

MELLO, Evaldo de Cabral. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

POUTGNAT, Philippe; STREIFF- FENARTE, Jocylene. **Teorias da Etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

RODRIGUES, Henrique. **Emigração e Alfabetização: O Alto-Minho e a Miragem do Brasil**. Viana do Castelo: Governo Civil Viana do Castelo, 1995.

ROWLAND, Robert. **Manuéis e Joaquins: A Cultura Brasileira e os Portugueses**. Etnográfica, Vol. V (1), 2001, pp. 157-172.

SANTOS, Wilza Betania dos. **Gabinete Português de Leitura: uma resposta ao antilusitanismo em Pernambuco de 1850**. Paper apresentado no II Seminário de História da Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2001.

_____. **Gabinete Português de Leitura de Pernambuco: Uma análise de sua criação em meio ao contexto lusófono do século XIX**. Monografia do Curso de Especialização, CEGOE, UFRPE, 2007.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)**. Paper apresentado ao: Congresso de História Económica de Zaragoza, 2001.

